

1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Termo de Referência 102/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG102/2025160339-1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Editado porNAELSON DE SOUSA PEREIRA

Atualizado em14/10/2025 15:05 (v 0.7)

StatusCONCLUIDO

Outras informações

CategoriaII - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação20/2025

Processo Administrativo64039.0012456/2025-24

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material permanente destinado a suprir as necessidades das instalações do 1º Batalhão de Engenharia de Construção e seu destacamento, conforme especificado na tabela abaixo e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UND DE MEDIDA | QTD MIN | QTD MAX | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|---------------|---------|---------|----------------|--------------|
| 1 | CADEIRA SOBRE LONGARINA, MATERIAL ASSENTO E ENCOSTO:ESPUMA DE POLIURETANO\, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: TECIDO COURÍSSIMO\, PLÁSTICO E METAIS\, COR: AZUL\, QUANTIDADE ASSENTOS:4 UN\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONFORME MODELO\, COMPRIMENTO LONGARINA:230 CM\, MATERIAL ESTRUTURA:AÇO | 469699 | UND | 5 | 10 | R\$ 943,72 | R\$ 9.437,20 |
| 2 | CADEIRA SOBRE LONGARINA, MATERIAL ASSENTO E ENCOSTO:ESPUMA INJETADA, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO:COURVIN, COR: AZUL, QUANTIDADE ASSENTOS:5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM BRAÇOS FIXOS, MATERIAL ESTOFAMENTO:ESPUMA DE POLIURETANO INJETADO, MATERIAL ESTRUTURA:TUBO AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL LONGARINA:PINTURA EM EPÓXI, COR LONGARINA: AZUL | 290750 | UND | 5 | 10 | R\$ 953,00 | R\$ 9.530,00 |
| 3 | MESA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA MDP, MATERIAL TAMPO: MADEIRA MDP, COR TAMPO: | 461905 | UND | 7 | 14 | R\$ 653,78 | R\$ 9.152,92 |

| | | | | | | | |
|---|---|--------|-----|----|----|--------------|---------------|
| | BRANCO, QUANTIDADE GAVETAS: 3, LARGURA: 1,52M, PROFUNDIDADE: 47CM, ALTURA: 0,76M, COR ESTRUTURA: BRANCA, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO, ESPESSURA TAMPO: 15MM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: MESA EM "L" | | | | | | |
| 4 | CADEIRA ESCRITÓRIO , MATERIAL ESTRUTURA:TUBO AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: COURVIN, MATERIAL ENCOSTO:ESPUMA INJETADA, MATERIAL ASSENTO:ESPUMA INJETADA, TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA:PINTADO, TIPO BASE: GIRATÓRIO, TIPO ENCOSTO:MÉDIO, APOIO BRAÇO:COM BRAÇOS, REGULAGEM VERTICAL:COM REGULAGEM, COR:PRETA | 391696 | UND | 8 | 16 | R\$ 351,01 | R\$ 5.616,16 |
| 5 | CADEIRA ESCRITÓRIO PRESIDENTE , MATERIAL ESTRUTURA:AÇO CROMADO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO:COURO, MATERIAL ENCOSTO: ESPUMA INJETADA, MATERIAL ASSENTO: ESPUMA INJETADA, TIPO BASE: GIRATÓRIA COM 5 RODÍZIOS DUPLOS, TIPO ENCOSTO:ESPALDAR ALTO, APOIO BRAÇO:COM BRAÇOS, COR:PRETA, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL:A GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TIPO POLTRONA PRESIDENTE, BRAÇO EM COURO | 390178 | UND | 15 | 30 | R\$ 660,87 | R\$ 19.826,10 |
| 6 | TELEVISOR LED, TAMANHO DA TELA: 32 POL. , RESOLUÇÃO: FULL HD (1920x1080), TECNOLOGIA SMART TV (ACESSO APLICATIVOS DE STREAMING COMO YOUTUBE, NETFLIX, ETC.), CONECTIVIDADE: 2 ENTRADAS HDMI, 1 ENTRADA USB, CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, VOLTAGEM: BIVOLT AUTOMÁTICO (110/220V), TIPO DE TELA: LED, FORMATO DA TELA: PLANA, ACESSÓRIOS INCLUSOS: CONTROLE REMOTO E MANUAL DO USUÁRIO, COR: PRETA. | 443966 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.200,50 | R\$ 4.802,00 |
| 7 | TELEVISOR, TAMANHO TELA:43 POL. , VOLTAGEM:BIVOLT V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SMART TV, FULL HD, WIFI. ENTRADAS HDMI/USB, CONVERSOR, TIPO TELA:LED, ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO | 439362 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.718,25 | R\$ 6.873,00 |
| 8 | TELEVISOR TIPO SMART TV COM TELA LED DE, NO MÍNIMO, 50 POL. RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 X 1080). COMPATÍVEL COM VOLTAGEM BIVOLT (110/220V). DEVE POSSUIR, NO MÍNIMO, 2 ENTRADAS HDMI E 1 ENTRADA USB. EQUIPADO COM CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO. ACOMPANHA CONTROLE REMOTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | 443965 | UND | 2 | 4 | R\$ 2.110,95 | R\$ 8.443,80 |
| | | 459468 | UND | 40 | 80 | R\$ 340,56 | R\$ |

| | | | | | | | |
|----|---|--------|-----|----|----|--------------|---------------|
| 9 | COLCHÃO, TIPO:ESPUMA, MATERIAL: ESPUMA POLIURETANO / CONVENCIONAL, DENSIDADE:D-33, TECIDO DE REVESTIMENTO:100% ALGODÃO, TAMANHO LARGURA X COMPRIMENTO:0,88 X 1,88 M, TAMANHO ALTURA:0,18 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TECIDO ANTIALÉRGICO (ANTIFUNGO/ANTIMOFO/ANTIÁCARO) | | | | | | 27.244,80 |
| 10 | CAMA CONJUGADA, MATERIAL:METAL, ALTURA:180 CM, LARGURA:86 CM, COMPRIMENTO:1,97 M, TIPO:BELICHE | 481041 | UND | 20 | 40 | R\$ 1.024,82 | R\$ 40.992,80 |
| 11 | "ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MATERIAL MDP, QUANTIDADE PORTAS 2 UN, MATERIAL PORTA MADEIRA MDP, QUANTIDADE PRATELEIRAS 4 UN, LARGURA 80 CM, ALTURA 160 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FECHADURA FRONTAL, E PUXADORES, PROFUNDIDADE 500 MM, ACABAMENTO SUPERFICIAL LAMINADO MELAMÍNICO, COR CARVALHO MALVA, MATERIAL BASE AÇO COM SAPATAS NIVELADORAS, TIPO ALTO, ESPESSURA TAMPO 25 MM" | 458707 | UND | 4 | 8 | R\$ 765,16 | R\$ 6.121,28 |
| 12 | ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO, TIPO ROUPEIRO, DO TIPO ESTREITO, MATERIAL AÇO, CHAPA 22 (MÍNIMO), NA COR CINZA OU VERDE OLIVA, DUAS PORTAS PEQUENAS, COM CHAPA DE AÇO SEPARADORA ENTRE AS PORTAS (DOIS VÃOS) E COM PITÃO PARA CADEADO (UM EM CADA PORTA). NO INTERIOR DE CADA ARMÁRIO 2 PRATELEIRAS, SEPARADAS UNIFORMENTE. PODER Á OU NÃO SER CONSTITUÍDO POR 4 PÉS. DIMENSÕES MÍNIMAS EXTERNAS DO ARMÁRIO: ALTURA:1800MM, LARGURA: 300MM, PROFUNDIDADE: 350MM. TAMANHO MÍNIMO DAS PORTAS: 0, 80X0,270M. | 408869 | UND | 15 | 30 | R\$ 738,83 | R\$ 22.164,90 |
| 13 | ARQUIVO ESCRITÓRIO, MATERIAL: CHAPA DE AÇO 22, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA EM EPÓXI, QUANTIDADE GAVETAS: 4 UN, COR: CINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GAVETAS SOBRE CARRINHO TELESCÓPIO C, 8 ROLAMENTOS, APLICAÇÃO: PASTAS SUSPENSAS | 280869 | UND | 2 | 4 | R\$ 828,33 | R\$ 3.313,32 |
| 14 | MÁQUINA LAVAR ROUPA, TIPO AUTOMÁTICA, CAPACIDADE 12 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LAVADOURA E SECADORA, VOLTAGEM 127/220 V | 325146 | UND | 2 | 4 | R\$ 2.146,48 | R\$ 8.585,92 |
| 15 | ESTANTE PRATELEIRA, MATERIAL CHAPA AÇO, TIPO CHÃO, ESTRUTURA METÁLICA, PROFUNDIDADE 40 CM , ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA EM EPÓXI, COR CINZA, QUANTIDADE PRATELEIRAS 6 UN, TIPO PRATELEIRAS REGULÁVEIS, ALTURA 1,98 M, LARGURA 0,92 M, TIPO TRAVAMENTO EM FORMA DE "X" | 238171 | UND | 9 | 18 | R\$ 420,63 | R\$ 7.571,34 |
| 16 | CONTÊNER LIXEIRA PLÁSTICO 120 LITROS COM TAMPA. COM 02 RODAS DE | 415532 | UND | 4 | 8 | R\$ 311,33 | R\$ 2.490,64 |

| | | | | | | | |
|----|--|--------|-----|---|----|--------------|---------------|
| | 200 MM, POSSUI O CORPO E TAMPA INJETADA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO. COR: VERMELHO, VERDE, AZUL, AMARELO, PRETO OU MARROM. | | | | | | |
| 17 | VENTILADOR , TIPO:COLUNA, POTÊNCIA MOTOR:200 W, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:OSCILANTE, REGULAGEM DE ALTURA E VELOCIDADE, MATERIAL: AÇO E PLÁSTICO, DIÂMETRO:50 A 60 CM, COR:PRETA | 470674 | UND | 6 | 12 | R\$ 305,04 | R\$ 3.660,48 |
| 18 | BEBEDOURO DE ÁGUA GARRAFÃO COLUNA INOX. ÁGUA GELADA. 220 VOLTS. REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR. SISTEMA EASY OPEN REMOVÍVEL FAZ A ABERTURA AUTOMÁTICA DO LACRE DO GARRAFÃO. | 399200 | UND | 4 | 8 | R\$ 717,75 | R\$ 5.742,00 |
| 19 | BEBEDOURO ÁGUA , TIPO: INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 3 TORNEIRAS BAIXA PRESSÃO, TEMPERATURA 4°C A 9°C, MATERIAL GABINETE: AÇO INOX E POLIURETANO INJETADO, CAPACIDADE ÁGUA: 100 L, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL | 452767 | UND | 4 | 8 | R\$ 2.544,43 | R\$ 20.355,44 |
| 20 | ROÇADEIRA A GASOLINA, EQUIPADA COM MOTOR 2 TEMPOS DE MÍNIMA 55 CILINDRADAS, MÍNIMA 1.7 HP DE POTÊNCIA E ROTAÇÃO MÁXIMA DE 13.000 RPM | 453258 | UND | 4 | 8 | R\$ 1.066,14 | R\$ 8.529,12 |
| 21 | SOPRADOR , TIPO:PORTÁTIL, ACIONAMENTO:GASOLINA, POTÊNCIA:3.0 HP, VOLUME AR:18 M3/MIN, APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE FOLHAS DE ÁRVORES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MOTOR 2 TEMPOS, VELOCIDADE:12.000 RPM | 449910 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.084,72 | R\$ 4.338,88 |
| 22 | FRIGOBAR , CAPACIDADE: 120 L A 130L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, COR: BRANCA. GARANTIA DO FABRICANTE: 12 MESES. FUNÇÕES: FREEZER E REFRIGERADOR, PRATELEIRAS PARA PETS. | 431266 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.491,25 | R\$ 5.965,00 |
| 23 | PALETE , MATERIAL:POLIPROPILENO, COMPRIMENTO:120 CM, LARGURA:100 CM, ALTURA:15 CM, COR:PRETA, CAPACIDADE:2.000 KG | 318841 | UND | 6 | 12 | R\$ 203,80 | R\$ 2.445,60 |
| 24 | LIXEIRA , MATERIAL POLIETILENO, CAPACIDADE 100 L, TIPO COM TAMPA E PEDAL, ALTURA 60 CM, COR BRANCA, LARGURA 50 CM | 610861 | UND | 3 | 6 | R\$ 306,66 | R\$ 1.839,96 |
| 25 | LAVADORA DE ALTA PRESSÃO . SIMLIAR AO MODELO WAP 4100. TENSÃO 220V, POTÊNCIA ELÉTRICA 2200 W, PRESSÃO MÁXIMA 2000 PSI, VAZÃO: 500 L/H, BICO LEQUE 15 GRAUS QUE PERMITE UM ÁREA MAIOR DE LIMPEZA, MOTOR DE INDUÇÃO PARA GARANTIR MAIOS DURABILIDADE DO PRODUTO, MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO DE 7,5 METROS. GARANTIA DO FORNECEDOR DE 03 MESES. | 229922 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.498,66 | R\$ 5.994,64 |
| 26 | PULVERIZADOR COSTAL MANUAL , MATERIAL TANQUE: POLIETILENO, | 231314 | UND | 3 | 6 | R\$ 205,24 | R\$ 1.231,44 |

| | | | | | | | |
|----|--|--------|-----|---|----|---------------|---------------|
| | CAPACIDADE TANQUE: 20 L, APLICAÇÃO: PULVERIZAÇÃO DE GASES E LÍQUIDOS, COR: AMARELO / PRETO, TRAVA NO GATILHO, PESO APROXIMADO: 3 KG, ALÇA PARA TRANSPORTE COM AJUSTE COM TRAVAMENTO E DESTRAVAMENTO RÁPIDO, POSSUI 1 JOGO DE ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM E MANUTENÇÃO. MODELO SIMILAR: PULVERIZADOR COSTAL AGRÍCOLA 20 LITROS VONDER PC020 | | | | | | |
| 27 | LIXEIRA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL CAPACIDADE 50 L TIPO TAMPA E PEDAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HASTE E PEDAL PARA ACIONAMENTO DA TAMPA | 441485 | UND | 6 | 12 | R\$ 389,80 | R\$ 4.677,60 |
| 28 | CLIMATIZADOR TIPO: EVAPORATIVO TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V POTÊNCIA: 500 W TIPO MOTOR: MONOFÁSICO VAZÃO AR: 22.000 M3/H | 454097 | UND | 2 | 4 | R\$ 11.015,00 | R\$ 44.060,00 |
| 29 | CLIMATIZADOR TIPO: EVAPORATIVO TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V POTÊNCIA: 750 W TIPO MOTOR: BIFÁSICO VAZÃO AR: 19.000 M3/H ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO | 485826 | UND | 1 | 2 | R\$ 5.035,99 | R\$ 10.071,98 |
| 30 | CLIMATIZADOR TIPO: EVAPORATIVO TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V POTÊNCIA: 300 W TIPO MOTOR: MONOFÁSICO VAZÃO AR: 15.000 M3/H | 454098 | UND | 1 | 2 | R\$ 2.536,36 | R\$ 5.072,72 |
| 31 | TELEFONE SEM FIO: APARELHO TELEFÔNICO, TIPO VOIP FUNÇÕES BÁSICAS REDISCAGEM/FLASH/TOM/PULSO/PAUSE /MUTE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BANDA (2.4 A 5) GHZ; IEEE 802.11 A/B/C ALIMENTAÇÃO BATERIA: 200 H (STANDBY) 15,50 H (CONVERSAÇÃO) V COMPATIBILIDADE XML, WIRELESS SECUIRTITY, EAP-TLS, WPA2, TKIP/MIC | 366455 | UND | 5 | 10 | R\$ 311,68 | R\$ 3.116,80 |
| 32 | RÁDIO TRANCEPTOR, TIPO:PORTÁTIL, POTÊNCIA TRANSMISSÃO:1 A 5 W, FREQUÊNCIA OPERAÇÃO:136 A 174 MHZ, OPERAÇÃO:TRANSMISSOR E ANTENA INTEGRADOS, 16 CANAIS, ACESSÓRIOS: MICROFONE EMBUTIDO, CLIP REMOVÍVEL, BATERIA, BASE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:VHF, ELIMINADOR RUÍDO, ALTO FALANTE EMBUTIDO, ALCANCE:3 KM, VELOCIDADE MÍNIMA:54-55 MB | 456543 | UND | 4 | 8 | R\$ 815,06 | R\$ 6.520,48 |
| 33 | MESA DE SOM; TENSÃO: 220V; TOTAL DE ENTRADAS: 12; ENTRADAS PARA MIC /LINHA: 4 MIC: 3; PIN XLR , 12 LINHA: P10" TRS; ENTRADAS DE LINHA ESTÉREO: 4 ESTÉREO: L/R PAREADAS P10" TRS; CANAIS 5/6, 7/8, 9/10 E 11/12; SENDS AUX; SAÍDA FX: ESTÉREO P10 TRS; SAÍDAS BUS (GRUPOS): PRINCIPAIS ESTÉREO: L /R P10 TRS; 2 TRACK MASTER I/O: CD /TAPE; ENTRADA: L/R RCA; SAÍDA: L/R RCA; SAÍDA DOS MONITORES: 1/4 ESTÉREO; SECÇÃO EQ: LOW: 80 HZ +/- | 426149 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.355,73 | R\$ 5.422,92 |

| | | | | | | | |
|----|---|--------|-----|---|---|--------------|---------------|
| | 15DB HIGH: 12KHZ +/- 15DB; PHANTOM POWER: +48V PHANTOM; MEDIDORES: ESTÉREO: 4 SEGMENTOS COM PICOS LEAD; RESPOSTA DE FREQUÊNCIA:10HZ A 20KHZ (-3DB); THD:0.005% / 0.004% A-PESADO; POWER SUPPLY: 13WCOM EFEITOS: SIM; PRINCIPAIS EFEITOS INCLUÍDOS: REVERB,CHORUS,FLANGER, DELAY | | | | | | |
| 34 | CAIXA DE SOM ; FALANTE DE 15"; DRIVER DE TITÂNIO; 500 WATTS RMS DE POTÊNCIA; 2 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO; ENTRADA MIC BALANCEADA COM CONECTORES XLR E P10; ENTRADA LINE COM CONECTORES XLR, RCA E P2; CONTROLE DE VOLUME MASTER; REPRODUZ ARQUIVOS MP3 ATRAVÉS DE PORTA USB / SD CARD; COMUNICAÇÃO VIA BLUETOOTH; SAÍDA MIX OUT ATRAVÉS DE CONECTOR XLR; SAÍDA SPEAKON PARA CONEXÃO DE CAIXA PASSIVA; COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE VOLTAGEM (BIVOLT AUTOMÁTICO 110 /220); RECEPTÁCULO DE Ø 35 MM PARA MONTAGEM EM PEDESTAL. | 469578 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.907,31 | R\$ 7.629,24 |
| 35 | SOFÁ MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA , MATERIAL ESTOFAMENTO: ESPUMA POLIURETANO , REVESTIMENTO: VINIL , QUANTIDADE MÓDULOS: 3 UN, COR: PRETA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÉS EM ALUMINIO POLIDO | 239249 | UND | 2 | 4 | R\$ 2.286,00 | R\$ 9.144,00 |
| 36 | SOFÁ MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA , MATERIAL ESTOFAMENTO: ESPUMA POLIURETANO , REVESTIMENTO: VINIL , QUANTIDADE MÓDULOS: 2 UN, COR: PRETA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÉS EM ALUMINIO POLIDO | 239248 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.017,33 | R\$ 4.069,32 |
| 37 | APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 BTU/H, TECNOLOGIA INVERTER OU SIMILAR, ADEQUADO PARA REFRIGERAÇÃO. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 220V (MONOFÁSICO). DEVE POSSUIR CONTROLE REMOTO, DISPLAY DIGITAL, FUNÇÃO TIMER E SELO PROCEL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (MÍNIMO CLASSE A). A UNIDADE DEVE SER NOVA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | 440744 | UND | 4 | 8 | R\$ 2.605,40 | R\$ 20.843,20 |
| 38 | APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18.000 BTU/H, TECNOLOGIA INVERTER OU SIMILAR, ADEQUADO PARA REFRIGERAÇÃO. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 220V (MONOFÁSICO). DEVE POSSUIR CONTROLE REMOTO, DISPLAY DIGITAL, FUNÇÃO TIMER E SELO PROCEL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (MÍNIMO CLASSE A). A UNIDADE DEVE SER NOVA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | 440745 | UND | 4 | 8 | R\$ 3.503,85 | R\$ 28.030,80 |
| 39 | APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 24.000 BTU/H, TECNOLOGIA INVERTER | 440747 | UND | 3 | 6 | R\$ 4.546,47 | R\$ 27.278,82 |

| | | | | | | | |
|----|---|---------|-----|---|----|---------------|---------------|
| | OU SIMILAR, ADEQUADO PARA REFRIGERAÇÃO. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 220V (MONOFÁSICO). DEVE POSSUIR CONTROLE REMOTO, DISPLAY DIGITAL, FUNÇÃO TIMER E SELO PROCEL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (MÍNIMO CLASSE A). A UNIDADE DEVE SER NOVA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | | | | | | |
| 40 | APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36.000 BTU/H, TECNOLOGIA INVERTER OU SIMILAR, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 220V (INDICAR SE TRIFÁSICO), COM CONTROLE REMOTO, FUNÇÃO TIMER E SELO PROCEL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. EQUIPAMENTO NOVO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | 448818 | UND | 2 | 4 | R\$ 9.052,44 | R\$ 36.209,76 |
| 41 | APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT PISO/TETO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 60.000 BTU/H, TECNOLOGIA INVERTER OU SIMILAR, TENSÃO 220V. DEVE POSSUIR CONTROLE REMOTO SEM FIO E SELO PROCEL. EQUIPAMENTO NOVO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | 450747 | UND | 3 | 6 | R\$ 11.748,37 | R\$ 70.490,22 |
| 42 | CESTO DE LIXO CILÍNDRICO , FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM ARO DE REFORÇO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS. ACABAMENTO ESCOVADO OU POLIDO. | 329531 | UND | 7 | 14 | R\$ 232,74 | R\$ 3.258,36 |
| 43 | VENTILADOR DE PAREDE , DIÂMETRO MÍNIMO DE 50 CM, TENSÃO 220V, POTÊNCIA MÍNIMA DE 120W, COM CONTROLE GRADUAL OU 3 VELOCIDADES, OSCILAÇÃO HORIZONTAL, GRADE REMOVÍVEL, HÉLICE COM MÍNIMO 6 PÁS. | 302522V | UND | 6 | 12 | R\$ 248,07 | R\$ 2.976,84 |
| 44 | ESCALADA ARTICULADA MULTIFUNCIONAL, FABRICADA EM ALUMÍNIO REFORÇADO, COM 12 DEGRAUS, SAPATAS ANTIDERRAPANTES, TRAVAS AUTOMÁTICAS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 KG. DEVE PERMITIR MÚLTIPLAS CONFIGURAÇÕES DE POSICIONAMENTO (MÍNIMO 8). | 395521 | UND | 2 | 4 | R\$ 561,42 | R\$ 2.245,68 |
| 45 | ESCALADA ARTICULADA MULTIFUNCIONAL, FABRICADA EM ALUMÍNIO REFORÇADO, COM 16 DEGRAUS, SAPATAS ANTIDERRAPANTES, TRAVAS AUTOMÁTICAS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG. DEVE PERMITIR MÚLTIPLAS CONFIGURAÇÕES DE POSICIONAMENTO (MÍNIMO 8). | 408686 | UND | 2 | 4 | R\$ 774,60 | R\$ 3.098,40 |
| 46 | ESCALADA DOMÉSTICA COM 7 DEGRAUS , ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, DEGRAUS COM REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE, TRAVAS DE SEGURANÇA, PINTURA ELETROSTÁTICA. | 243711 | UND | 1 | 2 | R\$ 239,51 | R\$ 479,02 |
| 47 | LIXEIRA RETANGULAR COM TAMPA ARTICULADA ACIONADA POR PEDAL. CAPACIDADE MÍNIMA DE 60 LITROS. | 325120 | UND | 3 | 6 | R\$ 162,96 | R\$ 977,76 |

| | | | | | | | |
|----|--|--------|-----|----|----|--------------|---------------|
| | FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA. COR PADRÃO DO FABRICANTE. | | | | | | |
| 48 | MESA DE SINUCA FABRICADA EM MDF, TAMPO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 20 MM, REVESTIDO COM TECIDO PRÓPRIO NA COR VERDE. ESTRUTURA COM ACABAMENTO EM VERNIZ, PÉS COM DETALHES DECORATIVOS. DEVE ACOMPANHAR 15 BOLAS NUMERADAS, 1 BOLA BRANCA E 4 TACOS. MEDIDAS APROXIMADAS: 2,22 M (COMPRIMENTO) X 1,22 M (LARGURA) X 0,87 M (ALTURA). PRODUTO NOVO, MONTADO OU COM MANUAL DE MONTAGEM. | 604324 | UND | 1 | 2 | R\$ 2.936,00 | R\$ 5.872,00 |
| 49 | CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL, MODELO CPA 20, CAPACIDADE: 20 LITROS, TENSÃO: 220V, SEMIAUTOMÁTICA, MATERIAL: INOX, USO PROFISSIONAL. | 386003 | UND | 1 | 2 | R\$ 2.387,02 | R\$ 4.774,04 |
| 50 | CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL, CAPACIDADE: 6 LITROS, MATERIAL: INOX, USO: PROFISSIONAL, INDICADA PARA LANCHONETES E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS. | 437648 | UND | 1 | 2 | R\$ 955,13 | R\$ 1.910,26 |
| 51 | CAFETEIRA ELÉTRICA DOMÉSTICA, CAPACIDADE: 1,5 LITROS, TENSÃO: 220V, USO DOMÉSTICO, MATERIAL: PLÁSTICO E METAIS. | 486061 | UND | 2 | 4 | R\$ 168,61 | R\$ 674,44 |
| 52 | FRAGMENTADORA DE PAPEL, CAPACIDADE DE TRITURAÇÃO: ATÉ 20 FOLHAS DE PAPEL, TAMBÉM TRITURA CARTÃO E CD, USO: ESCRITÓRIO, MODELO COM AJUSTES PARA DIVERSOS TIPOS DE PAPEL. | 602492 | UND | 2 | 4 | R\$ 1.300,60 | R\$ 5.202,40 |
| 53 | TRENA A LASER COM 40 METROS DE ALCANCE E PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E ÁGUA. MEMÓRIA DE 10 MEDIÇÕES, ALÉM DE POSSUIR DIVERSAS FUNÇÕES, COMO MEDIÇÃO CONTÍNUA, CÁLCULO DE ÁREA, VOLUME, PITÁGORAS SIMPLES, ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO, TAMBÉM POSSUI AJUSTE DA UNIDADE DE MEDIDA EM METROS, PÉS E POLEGADAS. | 460781 | UND | 5 | 10 | R\$ 290,76 | R\$ 2.907,60 |
| 54 | RESERVATÓRIO D'ÁGUA MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE , CAPACIDADE: 1.000 L, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM GRADUAÇÃO, TAMPA ROSCADA E GRADE DE PROTEÇÃO | 449582 | UND | 8 | 15 | R\$ 1.181,60 | R\$ 17.724,00 |
| 55 | BOMBONA MATERIAL: POLIETILENO , CAPACIDADE: 50 L, APLICAÇÃO: TRANSPORTE RESÍDUOS DE LABORATÓRIO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 ALÇAS NA PARTE SUPERIOR, TAMPA REMOVÍVEL | 346652 | UND | 10 | 20 | R\$ 168,68 | R\$ 3.373,60 |
| 56 | BOMBONA MATERIAL: POLIETILENO , CAPACIDADE: 200 L, APLICAÇÃO: DESCARTE DE MATERIAL TÓXICO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA E CINTA DE VEDAÇÃO | 263056 | UND | 25 | 50 | R\$ 403,25 | R\$ 20.162,50 |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|---|--------|-----|----|----|--------------|---------------|
| 57 | LIXEIRA MATERIAL: PLÁSTICO , CAPACIDADE: 120 L, TIPO: COM TAMPA E RODAS | 311015 | UND | 10 | 20 | R\$ 328,00 | R\$ 6.560,00 |
| 58 | LIXEIRA MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE , CAPACIDADE: 1.100 L, TIPO: CONTAINER , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA; 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS COM TRAVA; DRENO , REVESTIMENTO: TRATAMENTO EM UV | 420575 | UND | 5 | 10 | R\$ 1.869,30 | R\$ 18.693,00 |
| 59 | RESERVATÓRIO D'ÁGUA MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE , CAPACIDADE: 1.000 L, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM GRADUAÇÃO E TAMPA ROSCADA | 449582 | UND | 10 | 20 | R\$ 551,74 | R\$ 11.034,80 |
| 60 | CONJUNTO LIXEIRA COLETA SELETIVA MATERIAL: AÇO INOX , QUANTIDADE LIXEIRAS: 4 UN, CAPACIDADE: 50 L, COR: AZUL, VERMELHA, VERDE E AMARELA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA FLIP-TOP NAS CORES DA COLETA SELETIVA, MEDIN , APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO | 343867 | UND | 5 | 10 | R\$ 1.456,24 | R\$ 14.562,40 |
| 61 | COLETOR LIXO MATERIAL: POLIETILENO , CAPACIDADE: 30 L, COR: LARANJA , IMPRESSÃO: PILHAS E BATERIAS , DIMENSÃO: 30 X 50 X 17 C | 369381 | UND | 3 | 5 | R\$ 155,43 | R\$ 777,15 |
| 62 | MOTOSERRA INDUSTRIAL POTÊNCIA: 3,4 KW, COMBUSTÍVEL MOTOR: GASOLINA , CAPACIDADE TANQUE COMBUSTÍVEL: 0,63 L, CILINDRADA MOTOR: 61,5 CC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SABRE DE 40 CM E PASSO DA CORRENTE DE 3/8 POL | 264562 | UND | 3 | 5 | R\$ 1.537,28 | R\$ 7.686,40 |
| 63 | PODADOR SISTEMA CORTE: L MINA , TIPO MOTOR: À COMBUSTÃO , POTÊNCIA MOTOR: 1,4 KW, CILINDRADA MOTOR: 36,3 CC , TIPO COMBUSTÍVEL: GASOLINA , COMPRIMENTO L MINA: 30 CM, APLICAÇÃO: ÁRVORES | 484395 | UND | 3 | 5 | R\$ 1.192,66 | R\$ 5.963,30 |
| 64 | COLETOR ÓLEO MATERIAL: AÇO CARBONO , ACESSÓRIOS: BANDEJA CARRINHO VERMELHO E TORNEIRA , CAPACIDADE RESERVATÓRIO: 50 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTURA REGULÁVEL , TIPO: CARRO COLETOR DE ÓLEO COM BANDEJA DE ALTURA REGULÁ | 600412 | UND | 5 | 10 | R\$ 496,96 | R\$ 4.969,60 |
| 65 | CAIXA D'ÁGUA MATERIAL: POLIETILENO , CAPACIDADE: 5.000 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA DE ROSCA , NORMAS TÉCNICAS: ABNT NBR 14.800 | 359385 | UND | 10 | 20 | R\$ 2.846,82 | R\$ 56.936,40 |
| 66 | LIXEIRA DE COPOS DE ÁGUA E CAFÉ MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL , CAPACIDADE: 30 L, DI METRO: 25 CM, ALTURA: 60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARO | 329531 | UND | 10 | 20 | R\$ 245,97 | R\$ 4.919,40 |
| 67 | CONJUNTO ESCOLAR COMPONENTES: MESA E CADEIRA , MATERIAL: MADEIRA E AÇO , TAMANHO: CJA-06 , MATERIAL TAMPO: MDP , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CADEIRAS COM ASSENTO E | 603099 | UND | 12 | 24 | R\$ 341,53 | R\$ 8.196,72 |

| | | | | | | | |
|----|--|--------|-----|----|----|------------------|------------------|
| | ENCOSTO EM POLIPROPILENO , REVESTIMENTO TAMPO: LAMINADO MELAMÍNICO | | | | | | |
| 68 | KIT MITIGAÇÃO DESENVOLVIDO PARA PROMOVER O ATENDIMENTO AO PRINCIPIO DE VAZAMENTO E DERRAMAMENTOS EM POSTO DE COMBUSTÍVEIS DE ACORDO COM A NR20. CONTEÚDO DO KIT - PETRÓLEO E DERIVADOS: 01 BOLSA DE BAGUM IMPERMEÁVEL; 20 MANTAS ABSORVENTES - 0,40 X 0,50 X 0,004 M; 02 TRAVESSEIROS ABSORVENTES - 0,23 X 0,23 X 0,05 M; 02 CORDÕES ABSORVENTES - 7,6 CM X 1,2 M; 05 SACOS PLÁSTICOS PARA DESCARTE - 100 LITROS; 01 TURFA ABSORVENTE AMBCLEAN - SACO 3 KG; OBS: É NECESSÁRIO O USO DE EPI'S ADEQUADO AO LÍQUIDO MANIPULADO. | 486386 | UND | 10 | 20 | R\$ 443,32 | R\$ 8.866,40 |
| 69 | TRITURADOR ORG NICO/COMPOSTAGEM GASOLINA OPERA MOVIDO POR MOTOR A GASOLINA. DI METRO MÁXIMO TRITURÁVEL: 8 CM (3 POLEGADAS); DI METRO MÁXIMO TRITURÁVEL: 2,54 CM (1 POLEGADA); O TRITURADOR POSSUI CONJUNTO DE RODAS QUE GARANTE EXCELENTE MOBILIDADE AO EQUIPAMENTO; O FUNIL DE ALIMENTAÇÃO LATERAL É ARTICULÁVEL E PODE SER RECOLHIDO JUNTO À MÁQUINA, FACILITANDO SEU TRANSPORTE. POTÊNCIA: 13,5HP CAPACIDADE DO TANQUE: 3,2L CAPACIDADE DE ÓLEO NO CÂRTER: 830ML TIPO DE ÓLEO: SAE 20W40 DIMENSÃO FUNIL DE ALIMENTAÇÃO CENTRAL: 32 CM X 33 CM (12.19/32" X 12.63/64") LATERAL: 32 CM X 35 CM (12.19 /32" X 13.25/32") ABERTURA DE ALIMENTAÇÃO: CENTRAL: 14,6 CM X 22,8 CM (5.3/4" X 8.31/32") LATERAL: 10 CM X 12 CM (3.15/16" X 4.23/32") NÚMERO DE FACAS: 2 ROTAÇÃO DO DISCO: 2500RPM NÚMEROS DE MARTELOS: 28 DI METRO DO DISCO: 35 CM (13.3/4") PRODUÇÃO: 4 A 6 M3/H"" " | 600944 | UND | 1 | 1 | R\$ 14.108,13 | R\$ 14.108,13 |
| 70 | CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL , TIPO DE FOCO AUTOMÁTICO DUAL PIXEL, TIPO DE VISOR ELETRÔNICO, FORMATO DE GRAVAÇÃO E IMAGEM 4K, TIPO E MODO DE GRAVAÇÃO 4K, 60P/FULL HD 120P, RESOLUÇÃO MÁXIMA 24.1 MEGAPIXELS FP, INTERFACE WIFI BLUETOOTH, TIPO DE MEMÓRIA SD, SDHC, SDXC. | 621512 | UND | 1 | 1 | R\$ 5.361,76 | R\$ 5.361,76 |
| 71 | CAVALETE PARA ARMAZENAGEM DE TAMBOR DE 200 LITROS , UTILIZADO PARA CONTENÇÃO DE POSSÍVEL DERRAMAMENTO DE TAMBORES. FÁCIL DE TRANSPORTAR. O CAVALETE PARA TAMBOR PODE SER MANIPULADO COM | 609142 | UND | 2 | 3 | R\$ 661,90 | R\$ 1.985,70 |

| | | | | | | | |
|----|--|--------|-----|----|----|--------------|---------------|
| | EMPILHADEIRAS OU PALETEIRAS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PESO: 15 KG; MEDIDAS: (C) 1240 MM X (L) 475 MM X (A) 470 MM; SUPORTE: PARA TAMBORES DE 200 LITROS; CAPACIDADE DE CARGA: 300 KG." | | | | | | |
| 72 | VENTILADOR TETO MATERIAL CORPO: AÇO , MATERIAL PÁS: AÇO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM LUMINÁRIA, VAZÃO DE AR: 110,4 M/ MIN , POTÊNCIA: 130 W, COMPRIMENTO PÁ: 38 CM, TENSÃO: 220 V, QUANTIDADE PÁS: 3 U | 453302 | UND | 3 | 6 | R\$ 228,62 | R\$ 1.371,72 |
| 73 | BACIA DE CONTENÇÃO PARA 4 TAMBORES DE 200 LITROS COLETOR ÓLEO MATERIAL: POLIETILENO , CAPACIDADE RESERVATÓRIO: 420 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE PARA QUATRO TAMBORES , TIPO: PALETE BACIA DE CONTENÇÃO DE ÓLEO | 484168 | UND | 8 | 15 | R\$ 1.362,59 | R\$ 20.438,85 |
| 74 | LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA LED 1.200 LUMENS 2 FARÓIS "AUTONOMIA: 3 HORAS FLUXO LUMINOSO: 1.200 LUMENS 02 FARÓIS, COM 2X24 LEDS SMD LEDS DE ALTA POTÊNCIA BATERIA: GEL SELADA 4V, 1,2A. FABRICADO EM PLÁSTICO ABS. GARANTIA: 02ANOS. DIMENSÕES: 195X227X56.4MM POSSUI BOTÃO DE TESTE; FARÓIS AJUSTÁVEIS LENTE COM NGULO DE 140° LED SMD DE ALTA POTÊNCIA; ACENDIMENTO INDIVIDUAL POR FAROL ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO 110 /220V; ATENDE OS REQUISITOS EXIGIDOS PELAS NORMAS NACIONAIS (NBR 10898) ESTE EQUIPAMENTO FOI DESENVOLVIDO P/ ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO) EM GALPÕES, HOTÉIS, RESIDÊNCIAS, DEPÓSITOS. ÁREA DE ABRANGÊNCIA: 200M² TEMPERATURA DE COR DO LED: 6000 - 7000K. GRAU DE PROTEÇÃO: IP-20 FIXAÇÃO: A LUMINÁRIA PODE SER FIXADA NO TETO E EM PAREDES. UTILIZAR OS PARAFUSOS E BUCHAS FORNECIDOS. COLOQUE A CHAVE SELETORA NA POSIÇÃO DESLIGADA ANTES DA PRIMEIRA OPERAÇÃO, COLOQUE O PLUG NA TOMADA E CARREGUE A BATERIA POR NO MÍNIMO 48 HORAS. " | 469140 | UND | 25 | 50 | R\$ 156,26 | R\$ 7.813,00 |
| 75 | CARRINHO COLETOR DE ÓLEO COM RESERVATÓRIO 37 LITROS: CARRINHO COLETOR DE ÓLEO É INDICADO PARA COLETAR E ARMAZENAR SOBRAS DE ÓLEO LUBRIFICANTE UTILIZADOS EM VEÍCULOS PESADOS EM GERAL. UTILIZADO NO SEGMENTO DE CONCESSIONÁRIAS DE TRATORES, CAMINHOES E TRANSPORTES EM GERAL | 240808 | UND | 8 | 15 | R\$ 663,29 | R\$ 9.949,35 |

| | | | | | | | |
|----|--|--------|-----|----|----|--------------|---------------|
| | E EM VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE. PRODUTO LEVE E COMPACTO, DIMINUI O ESFORÇO FÍSICO DO OPERADOR. OFERECE ALTA RESISTÊNCIA CONTRA CORROSÃO E DESPLACAMENTO DOS COMPONENTES. POSSUI DRENO PARA ESCOAMENTO DO ÓLEO SUJO, TELA DE FILTRAGEM. COMPOSTO POR: TELA DE FILTRAGEM, ALÇA PARA TRANSPORTE, RESERVATÓRIO COM RODAS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PESO LÍQUIDO: 12,4 KG, PESO BRUTO: 14 KG, COMPRIMENTO: 840MM, LARGURA: 570MM, ALTURA: 210MM, RESERVATÓRIO: 37 LITROS. | | | | | | |
| 76 | BANDEJA COLETORA DE ÓLEO E FLUIDOS COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS: BANDEJA PLÁSTICA COLETORA DE ÓLEO E FLUIDOS COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS. CAPACIDADE: 18 LITROS. POSSUI AINDA UM RALO COM TAMPA E PODE SER REMOVIDA DO QUADRO. | 613936 | UND | 5 | 10 | R\$ 560,29 | R\$ 5.602,90 |
| 77 | KIT DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO AMBIENTAL 100 L: BOMBONA 100 LITROS AZUL – LINHA BRANCA 50 MANTAS ABSORVENTE DE ÓLEO E DERIVADOS 40X50X0,4CM 5 TRAVESSEIROS ABSORVENTE DE ÓLEO E DERIVADOS 23X23X5CM 8 CORDÕES ABSORVENTE DE ÓLEO E DERIVADOS 7,6CM X 1,2M 1 SACOS DE 3KG DE TURFA – ABSORVENTE NATURAL 1 ÓCULOS DE SEGURANÇA 1 PARES DE LUVAS NITRÍLICA 1 ROUPAS DE PROTEÇÃO EM TYVEK 10 SACOS DE 50 LITROS PARA DESCARTE 1 PÁ ANTI-FAISCA CABO 50CM 1 FITA ZEBRADA 200M 1 BOMBONA DE PEAD DE 100 LITROS " | 486038 | UND | 10 | 20 | R\$ 1.041,38 | R\$ 20.827,60 |
| 78 | COLETOR ÓLEO MATERIAL: POLIETILENO , ACESSÓRIOS: BANDEJA COLETORA/FILTRO REMOVÍVEL/TAMPA DE INSPEÇÃO , CAPACIDADE RESERVATÓRIO: 100 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -2/50°C. , TIPO: CARRO COLETOR DE ÓLEO COM BANDEJA DE ALTURA REGULÁ | 442515 | UND | 10 | 20 | R\$ 242,59 | R\$ 4.851,80 |
| 79 | CARRINHO DE TRANSPORTE TIPO SUPERMERCADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 90 LITROS, ESTRUTURA EM ARAMADO METÁLICO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO (ZINCAGEM ELETROLÍTICA OU PINTURA ELETROSTÁTICA). MEDIDAS APROXIMADAS: 100 CM (COMPRIMENTO), 55 CM (LARGURA), 107 CM (ALTURA). POSSUIR 4 RODAS DE POLIURETANO, SENDO 2 GIRATÓRIAS E 2 FIXAS, COM ROLAMENTOS. | 263337 | UND | 3 | 6 | R\$ 705,55 | R\$ 4.233,30 |
| 80 | MÁQUINA DE LAVAR ROUPA DE USO INTENSIVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 KG POR CICLO. TENSÃO DE | 363467 | UND | 1 | 2 | R\$ 2.297,03 | R\$ 4.594,06 |

| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|-------------------|
| ALIMENTAÇÃO: 220V. DEVE POSSUIR CESTO EM AÇO INOXIDÁVEL, MOTOR COM PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA, ALARME SONORO DE TÉRMINO DE CICLO E SISTEMA DE INVERSÃO DE ROTAÇÃO. EQUIPAMENTO NOVO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ 867.660,19 |

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da presente contratação é estabelecido em 12 (doze) meses, a serem contados a partir da data de publicação do contrato no Diário Oficial da União (DOU), conforme disposto no artigo 105 da Lei no 14.133, de 2021.

1.5. Foi estabelecido cota de até 25% para contratação de micro empresas (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, II da LC nº 123/2006 (atualizada pela LC no 147/2014). Os itens são exclusivos para contratação de micro empresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, II da LC no123/2006 (atualizada pela LC no 147/2014), por seus valores serem iguais ou inferiores a R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

1.6. Em caso de divergência entre o CATMAT e a descrição deste instrumento, as descrições deste prevalecerão, e em virtude de limitação de caracteres no SIASG/Compras net. Para fins de elaboração das propostas, devem ser consideradas as descrições completas.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. ITEM 37, 38, 39, 40 - “Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal”

4.1.2. ITEM 3, 11, 35, 36, 67 - “Só será admitida a oferta de produto preservativo de madeira que esteja previamente registrado no IBAMA, inclusive os importados, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”

4.1.3. ITEM 20, 21, 62, 63, 69 - Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes.

4.2. O 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC) busca fornecedores qualificados para o fornecimento de materiais de eficiência energética classe A, em conformidade com o Art. 3º da Instrução Normativa No 2, de 4 de junho de 2014. Os critérios abaixo são aplicáveis para a seleção de fornecedores dos seguintes itens 37, 38, 39, 40, 6, 7, 8, 14, 43, 17, 18, 19, 22, 25, 28, 29, 30, 41, 72.

4.2.1. Certificação de Eficiência Energética:

4.2.1.1. Todos os produtos devem possuir certificação de eficiência energética classe A emitida por entidades reconhecidas, como o INMETRO ou certificações internacionais equivalentes.

4.2.1.2. As certificações devem estar válidas e atualizadas, evidenciando a conformidade com os padrões de eficiência energética.

4.2.2. Conformidade com Normas Técnicas e Regulamentações:

4.2.2.1. Os produtos devem estar em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis, incluindo regulamentações de segurança, desempenho e ambientais.

4.2.3.1. Fornecedores devem apresentar documentação técnica e certificações que comprovem a conformidade com essas normas.

4.2.3. Qualidade e Durabilidade dos Produtos:

4.2.3.1. Os materiais devem ser fabricados com alta qualidade, garantindo durabilidade e desempenho superior.

4.2.3.2. Deve ser oferecida uma garantia mínima de dois anos para todos os produtos fornecidos, incluindo serviços de manutenção e suporte.

4.2.4. Sustentabilidade Ambiental e Responsabilidade Social:

4.2.4.1. Fornecedores devem adotar práticas sustentáveis e demonstrar responsabilidade ambiental em seus processos de produção.

4.2.4.2. Devem apresentar evidências de iniciativas de sustentabilidade, como o uso de materiais recicláveis e a implementação de programas de gestão de resíduos.

4.2.5. Experiência e Capacidade Técnica:

4.2.5.1. Fornecedores devem ter experiência comprovada no fornecimento de produtos de eficiência energética para entidades públicas ou grandes corporações.

4.2.5.2. Devem apresentar referências e casos de sucesso de fornecimentos anteriores, evidenciando a qualidade e a eficiência dos produtos e serviços oferecidos.

4.2.6. Capacidade Logística e de Distribuição:

4.2.6.1. É essencial que os fornecedores demonstrem capacidade logística para garantir a entrega pontual dos produtos.

4.2.6.2. Devem possuir infraestrutura adequada para gerenciar pedidos, garantir a disponibilidade dos produtos e resolver rapidamente quaisquer problemas de entrega.

4.2.7. Suporte Técnico e Assistência Pós-Venda:

4.2.7.1. Fornecedores devem oferecer suporte técnico completo, incluindo orientação para instalação, manutenção e resolução de problemas.

4.2.7.2. Serviços de assistência pós-venda eficientes são essenciais para garantir a satisfação e a continuidade da parceria.

4.3. As propostas serão avaliadas por um comitê especializado do 1º BEC, que verificará o cumprimento dos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa No 2, de 4 de junho de 2014. Apenas fornecedores que atendam a todos os requisitos serão considerados para fornecimento.

Subcontratação

4.4. As propostas serão avaliadas por um comitê especializado do 1º BEC, que verificará o cumprimento dos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa No 2, de 4 de junho de 2014. Apenas fornecedores que atendam a todos os requisitos serão considerados para fornecimento.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

1º Batalhão de Engenharia de Construção

Rua Tonheca Dantas, no 463

Bairro Penedo, Caicó - RN

CEP: 59300-000

Horários de entrega:

Segunda-feira a quinta-feira: das 09:00 às 11:00 e das 13:30 às 15:50

Sexta-feira: das 09:00 às 11:00

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 1 (um) mês, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

- 5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30(trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, §1o, e Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto no 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto no 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **8% (oito por cento) a 12% (doze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/09/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. **pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. **sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. **sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. **sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo] de 10% [até 10%] do valor total estimado da contratação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 867.660,19** (Oitocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais e dezenove centavos.), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aquisição de material permanente

MATEUS VALERIO SOARES DA SILVA

Equipe de apoio